

Candango, uma identidade em gestação

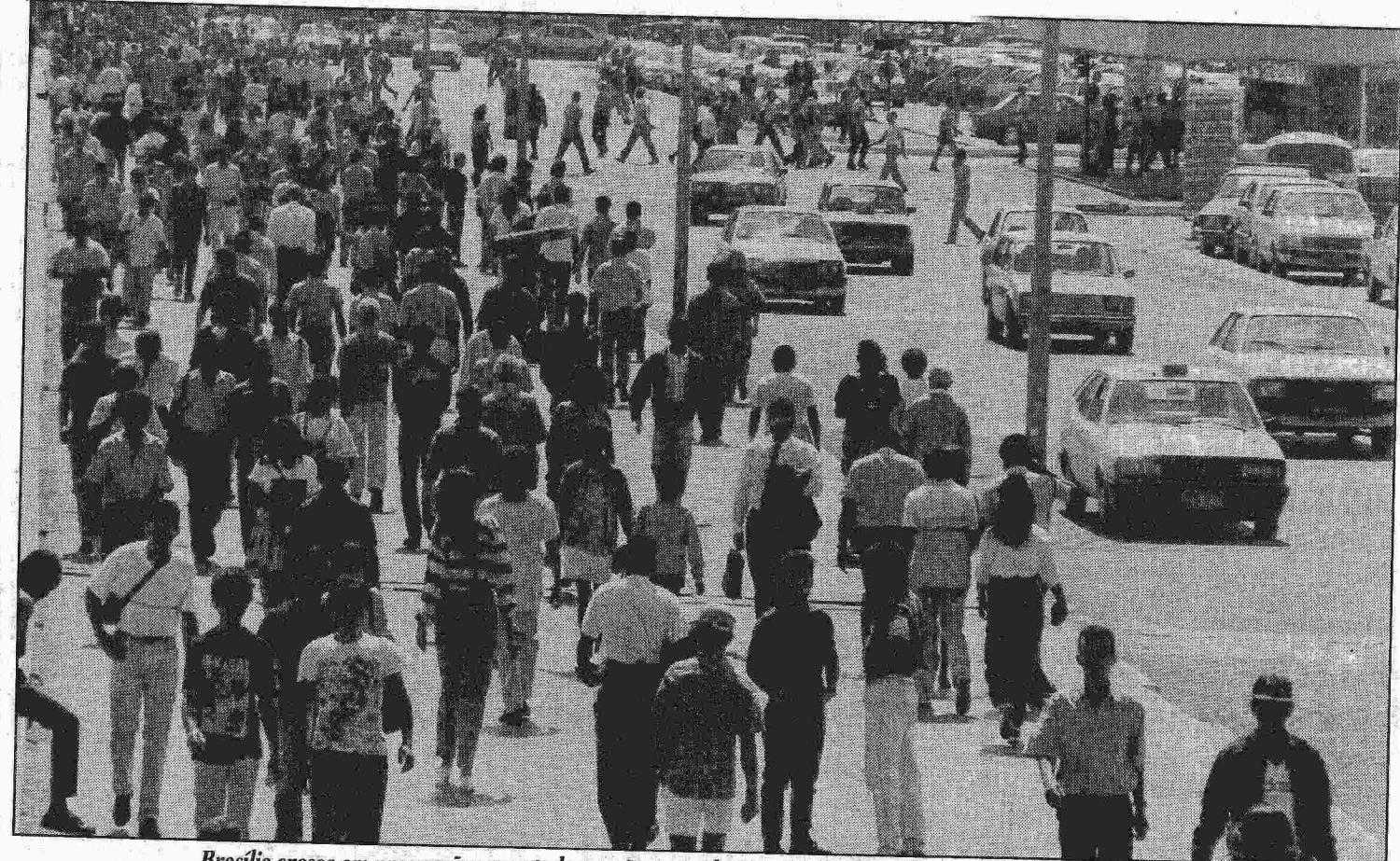
Gustavo Lins Ribeiro

Ter ou não identidade. Eis o dilema candango. Dizer cibola, como pernambucano, uai como mineiro e goiano, gostar de música baiana, falar como carioca, expor-se cada vez mais à atmosfera nacional e cosmopolita própria à condição de capital federal. E mais, muito mais, feijoada do Amigão, chopp no Beirute de proprietários cearenses, a diversidade religiosa onde minaretes se misturam com templos budistas e o ecletismo do Vale do Amanhecer, recepções de embaixadas, o Bumba-meu-boi do Teodoro em Sobradinho, ARUC, violeiros, as grandes caravanias da cidadania na Esplanada dos Ministérios, Brasília símbolo ambivalente da união e da repressão.

A ideologia da fusão e síntese de traços culturais é antiga em situação de alta diversidade cultural provocada por fluxos migratórios. Vide o melting pot norte-americano, o crisol da razas argentino. Esta foi também a visão predominante no projeto do brasiliense como síntese do homem brasileiro, presente no discurso dos míticos pais fundadores da cidade. A verdadeira cultura brasileira surgiu de Brasília, como se cultura nacional fosse uma coleção desinteressada de traços acumulados no decorrer do tempo, a partir da interação de segmentos sociais detentores da mesma capacidade de exercer poder. Se há algo claro na teoria antropológica contemporânea é que as formas de representar pertencimento a uma coletividade — as identidades nacionais, regionais, étnicas, sociais — são uma construção decorrente de um processo histórico de luta por hegemonia onde um ou alguns segmentos conseguem, por diversos meios simbólicos e materiais, transformar suas interpretações em dominantes.

Pensar a identidade brasiliense é especialmente instigante dada a pouca profundidade histórica e a ausência de várias gerações que, em uma longa cadeia temporal, elaborem, fixem e transmitam, em maior ou menor grau, os estereótipos do que é ser candango. A identidade local em gestação deve ser entendida considerando diversas dinâmicas: a situação de capital federal; os fluxos migratórios vinculados à construção e formação do DF; a herança modernista impressa no urbanismo e na arquitetura; os contrastes provocados pela imposição das realidades sociológicas, políticas e econômicas brasileiras, expulsando a cultura popular para a periferia; a hegemonia dos meios de comunicação de massa; e a consolidação de um populismo candango baseado no manejo de lotes residenciais.

Vale a pena explorar as características e relações entre duas das marcas diacríticas: a herança modernista e o destino federalista. Cidade moderna significa elite política moderna? A política brasiliense propriamente dita não parece indicar isto, nem fenômenos como Fernando Collor quem, relembrmos, teve grande parte de sua formação realizada em Brasília. Mas, na cidade, cruzam-se, neste aspecto, duas dimensões, a primeira das quais, por ser negativa, frequentemente explorada



Brasília cresce em proporções assustadoras: são perto de 80 mil habitantes por ano, quase uma nova cidade

pela imprensa e por alguns setores das elites estaduais. Em primeiro lugar, enquanto capital, Brasília tem constituído um caldo de cultura que propicia o desenvolvimento das piores faces das elites regionais que aqui circulam com seus filhos e agregados apaniguados. As críticas só devem, porém, a cidade ou ao atraso de segmentos das elites políticas estaduais que ciclicamente assaltam a União depositando e sedimentando suas distorções no Plano Piloto? O que dizer das muitas e possíveis combinações entre populismos, autoritarismos, clientelismos, patrimonialismos, fisiologismos e nepotismos de cariocas, paulistas, baianos, gaúchos, mineiros, piauienses, amazonenses, etc? Em segundo lugar, e igualmente por ser capital, entre alguns segmentos da elite política e cultural brasiliense em formação, desenvolve-se o verdadeiro e positivo destino da cidade: ser o terceiro lacaniano na divisão do poder (imaginário e real) político brasileiro estabelecido entre centros tradicionais como Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Recife. Fato, de resto, ainda não absorvido totalmente pelas elites destas cidades, em especial, pelos cariocas que, surrealisticamente, teimam em sonhar com um retrocesso histórico impossível, a volta da capital para o Rio. Defender a Federação contra os ciclos regionalistas oportunistas deve ser um traço fundamental da identidade consciente do cidadão candango.

Ter ou não ter identidade é o dilema da contemporaneidade. Ao contrário dos habitantes de outras cidades, como Rio, Nova Iorque ou Buenos Aires, que se representam como o centro do mundo, desenvolvendo um contraditório provincialismo-cosmopolita, o brasiliense tem a oportunidade de processar uma síntese entre os diversos e presumidos localismos brasileiros e os diversos e presumidos cosmopolismos, integrando a realidade local na nova dinâmica do espaço global fragmentado.

Gustavo Lins Ribeiro é doutor em antropologia, professor da UnB, diretor da Associação Brasileira de Antropologia, vice-presidente do Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais e conselheiro da Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research